



## **EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM NOS ANOS DE 1991 A 2005**

ANTONIO MAURÍCIO CASTANHEIRA DAS NEVES  
ELIZABETH APARECIDA DE SOUZA MARQUES DA SILVA BENITEZ

### **RESUMO**

O estudo objetivou analisar as políticas públicas na educação superior projetadas para a expansão dos cursos de graduação em Enfermagem no Brasil no período de 1991 a 2005. A pesquisa de caráter quantitativo-descritivo utilizou controles estatísticos e suas variáveis obtidas nas Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior do MEC/INEP. Os resultados apontam que o número de cursos de graduação em Enfermagem expandiu em 728% na rede privada e 57,37% na esfera pública. Políticas adotadas pelo governo não têm surtido o efeito desejado dado ao quantitativo expressivo de vagas ociosas, mesmo em instituições privadas, pois estas visam apenas ao acesso ao ensino superior, o que não quer dizer a sua permanência e, menos ainda, a conclusão do curso. Concluiu-se que a formação de enfermeiros tem atendido preponderantemente à lógica de mercado, tendo em vista que a preocupação com o entendimento de intervenção no processo saúde-doença da população não tem se evidenciado como prerrogativa das IES privadas.

**Palavras-Chave:** Políticas de Educação Superior; Enfermagem; Dados do Censo MEC/INEP.

## 1. Introdução

Os interesses que desencadearam este estudo concentraram-se na compreensão da evolução das políticas públicas definidas para a Educação Superior que se colocaram para os cursos de graduação em Enfermagem no Brasil, ditadas por organismos multinacionais que segundo seus discursos, visam à melhoria na qualidade de ensino ofertado.

Tais políticas têm trajetória histórica sendo abrangidas por aspectos econômico-sociais que colocam a educação superior como responsável por capacitar mão-de-obra para o mercado de trabalho e, assim, projetar o país em seu desenvolvimento econômico.

Nessa perspectiva, o objeto de estudo foi delineado através da realização do recorte temporal compreendido entre o período de 1991 a 2005 frente aos Dados Consolidados do Censo do Ministério da Educação/Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/INEP), cujos temas envolvessem os Cursos de Graduação presenciais em Enfermagem no Brasil, especialmente os que se referiam ao número de cursos, vagas oferecidas, candidatos inscritos e ingressantes, matrículas e concluintes.

A escolha pelo recorte temporal datado entre 1991 a 2005 justificou-se pela necessidade de compreensão sobre a expansão dos cursos de Graduação em Enfermagem no país gerados pelo Censo MEC/INEP, bem como suas implicações frente às políticas educacionais vigentes e à produção do conhecimento.

O período escolhido traz como marco histórico a implantação das políticas neoliberais em nosso país que por seus ideários colocam a educação como um bem que gera lucratividade, através da expansão diferenciada e diversificada das IES, e cuja caracterização é também percebida pelo período pré e pós promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), datada de 1996, que pelo seu teor permitiu perceber o processo de flexibilização da legislação educacional e, também, pela globalização mundial.

A análise dos dados do Censo MEC/INEP tornou-se relevante, visto que favoreceu a compreensão das transformações ocorridas no ensino superior nas duas últimas décadas. Esta compreensão originou indagações que facilitaram o entendimento de outros aspectos não evidenciados à sociedade, obscurecendo o real sentido da Educação Superior com pesquisa, motivado pela lógica do mercado capitalista.

Por se tratar de um estudo que procurou analisar as políticas na educação superior que se projetaram no processo de expansão do curso em questão, a necessidade de se optar pelo âmbito nacional, tornou-se condição *sine qua non* para que a pesquisa atingisse os objetivos propostos, tais como:

- Descrever a trajetória histórica sobre as políticas públicas para a educação superior do país;
- Descrever a trajetória histórica de criação e consolidação dos Cursos de Graduação em Enfermagem no país frente às políticas públicas de educação superior e de saúde;
- Analisar os Dados Consolidados do MEC/INEP no que tange ao número de cursos, inscritos, vagas oferecidas, ingressos, matriculados e concluintes no período de 1991 a 2005 nos Cursos de Graduação Presenciais no Brasil.

Pelo exposto, optou-se pelo método de pesquisa quantitativo-descritivo utilizando-se controles estatísticos e suas variáveis obtidas nas Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior do MEC/INEP, tendo por apresentação dos resultados a “gráfica por propiciar condensar grandes conjuntos de dados” (Cresweel, 2002, p.42) e destaque à análise e à interpretação de dados, utilizando-se tabelas, histogramas, polígonos de frequência, pois permitiram converter a distribuição quantitativa em distribuição percentual.

## 2. Referencial Teórico

O regime jurídico, a regulamentação do ensino privado e as condições pedagógicas impostas pelo MEC não têm assegurado condições mínimas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Ao contrário, estimulam os investimentos privados e a lucratividade do ensino. Algumas instituições que se intitulam sem fins lucrativos, sustentam-se com seus cursos pagos através de suas entidades mantenedoras, revelando-se um lucrativo campo empresarial. Não obstante a educação ser uma concessão de serviço público às IES particulares, o MEC não tem exercido a fiscalização devida sobre tal privilégio.

As performances de organização acadêmica das IES têm trajetória histórica. Para um breve exemplo, a Lei de nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, sobre a Reforma Universitária, previa profundas mudanças que deveriam acontecer somente em universidades baseadas na tríade ensino-pesquisa-extensão, sendo ministrado em estabelecimentos isolados como as faculdades, somente em casos excepcionais. Na realidade as universidades se tornaram excepcionais.

Recomendava-se a criação de cursos de graduação, que poderiam ser de curta ou longa duração, pós-graduação, extensão, aperfeiçoamento, especialização e pesquisa, nas Universidades que reunissem ensino, pesquisa e extensão.

No entanto, o alto custo desse tipo de ensino superior, cuja estrutura organizacional é complexa, causou a criação de várias faculdades, estabelecimentos isolados ou instituições similares, especialmente de natureza privada, cuja estrutura é menos onerosa que a universitária. Sendo assim, a maior parte do setor privado optou por aqueles modelos, passando a funcionar como empresas altamente lucrativas que para Trindade (1999), foram estimuladas pelos governos militares, crescendo de forma acelerada em três décadas, passando de 40% das matrículas no ensino superior para cerca de 75% do total, apesar de 90% da pesquisa científica e tecnológica continuar sendo realizada pelo sistema público de ensino superior.

Cunha (1988) denominou esse processo de expansão fragmentadora do ensino superior, já que essas instituições eram abertas sem as menores condições de ofertar um ensino de boa qualidade, cujas IES privadas, em geral, possuíam bibliotecas e laboratórios de péssima qualidade e os docentes não possuíam boa formação. Eram empresas que somente visavam o lucro e não se importavam com a qualidade de ensino, tampouco com a formação de seu alunado como sujeitos críticos.

Com a promulgação da Constituição de 1988 e a edição da LDB/96 surgiram novas perspectivas para a educação na sociedade. Vislumbrou-se um novo sistema de educação, o que trouxe novos e constantes desafios. Qualidade, equidade e eficiência são as metas a alcançar, com planejamento para crescer e proporcionar ensino de qualidade aos alunos que a todo ano batem às portas das universidades, buscando educação, instrução, formação, informação, futuro.

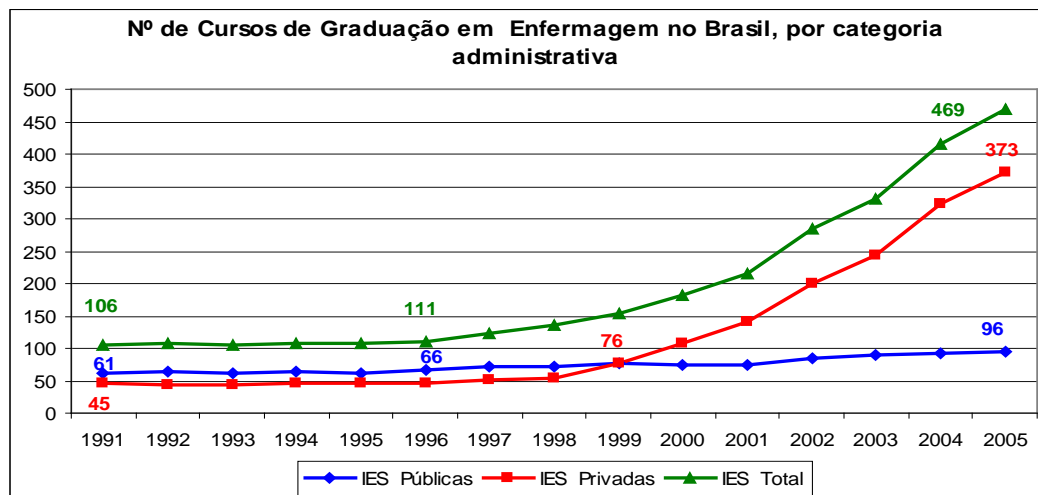
### **3. Resultados**

Os resultados originados pelas análises dos dados obtidos do Censo MEC/INEP/Deaes proporcionaram realizar uma amostragem estratificada, pois as estruturas em estudo estão sub-divididas em quadros separados, ou seja, por estratos, de acordo com as características estipuladas por estes pesquisadores, ou seja, em organizações acadêmicas por categoria administrativa e suas variáveis, reconhecidas pelo número de cursos, vagas oferecidas, ingressos, inscritos, matrículas e concluintes.

#### **3.1 A expansão dos Cursos segundo a Categoria Administrativa**

Os dados do Censo MEC/INEP/Deaes, apontam que em 1991 existiam 106 cursos de graduação Presenciais em Enfermagem. O gráfico n° 1 denota a sobrepujança dos cursos de graduação presenciais em enfermagem em instituições privadas a partir do ano de 1999.

**Gráfico n° 1**



Fonte: MEC/INEP/Deaes

Aspecto interessante para análise é o advento dos Centros Universitários em 1998, instituições criadas a partir do Decreto n° 2.306/97, art.12, ou seja, imediatamente após a promulgação da atual LDBEN.

Os cursos de graduação em Enfermagem em Centros Universitários Públicos passam a fazer parte das estatísticas apenas em 2001, ao passo que começaram a funcionar em Centros Universitários Privados já em 1998, expandindo-se, até 2005, à razão de 1.360%.

Denota-se que essa expansão foi mais expressiva a partir da promulgação da LDBEN/96, pois de 1991 até 1996 foram criados somente cinco cursos, o que representa um aumento de 4,71%, enquanto que a partir de 1996 até 2005, foram criados 358 cursos, determinando uma expansão de 322,52%. Entre 1991 e 2005 o crescimento foi de 342,45%.

Na esfera pública, no ano de 1991 observa-se o quantitativo de 61 cursos, em 1996 a presença de 66, o que representa um incremento de 8,19%, e a partir desse ano uma expansão progressiva até o ano de 2005 para 96, representando, assim, um incremento de 45,45%, ou seja, de 1991 a 2005, houve um aumento de 57,37% de IES públicas oferecedoras de cursos de Graduação Presenciais de Enfermagem. A expansão expressiva ocorreu para as IES privadas, pois havia 45 cursos em 1991 e em 2005 o crescimento para 373, ou seja, um crescimento de 728,88%.

Estratégias de *marketing* para atrair a clientela, como facilidades na forma de ingresso, gratuidade da inscrição nos vestibulares, oferta de descontos no valor do curso, entre outros têm fomentado a lógica mercadológica de tais instituições, que longe de possuírem um ensino de qualidade, visam à lucratividade e a inserção de seu alunado no mercado de trabalho, cuja propaganda alimenta o *marketing* na busca por nova clientela, regra na qual a enfermagem não é exceção.

Tais observações vão ao encontro das idéias de autores como Neves e Noronha (2002, p.33) quando relatam que “a busca pela empregabilidade deságua na procura pelo ensino privado pelos menos favorecidos, pois a escolarização de acesso rápido e fácil é difundida como a solução dos problemas sociais”.

### 3.2 As vagas oferecidas, os inscritos e os ingressantes

Ao se iniciar a análise sobre vagas oferecidas, inscritos e ingressos deparou-se com a dificuldade de expressar a taxa de crescimento no ano de 2005 por categoria administrativa por não se encontrar disponível nas sinopses do Censo MEC/INEP, sendo, então, analisados os totais no período de 1991 a 2005 nas organizações acadêmicas. Desta forma, ao analisar o quantitativo geral, foi estabelecida a relação existente entre essas variáveis.

Assim, visualiza-se o total de vagas oferecidas, inscritos e ingressos por vestibular e outros processos seletivos nos cursos de graduação em enfermagem, bem como a relação candidato/vaga, Percentual de Vagas Ocupadas e Ociosas.

A relação entre vagas oferecidas, inscritos e ingressos ocorre devido aos processos seletivos que podem ser através de vestibular, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Avaliação Seriada e outras formas de acesso, segundo o MEC/INEP/Deaes. A tabela abaixo nos permite conferir o quantitativo destinado às vagas oferecidas, o número de inscritos e ingressantes.

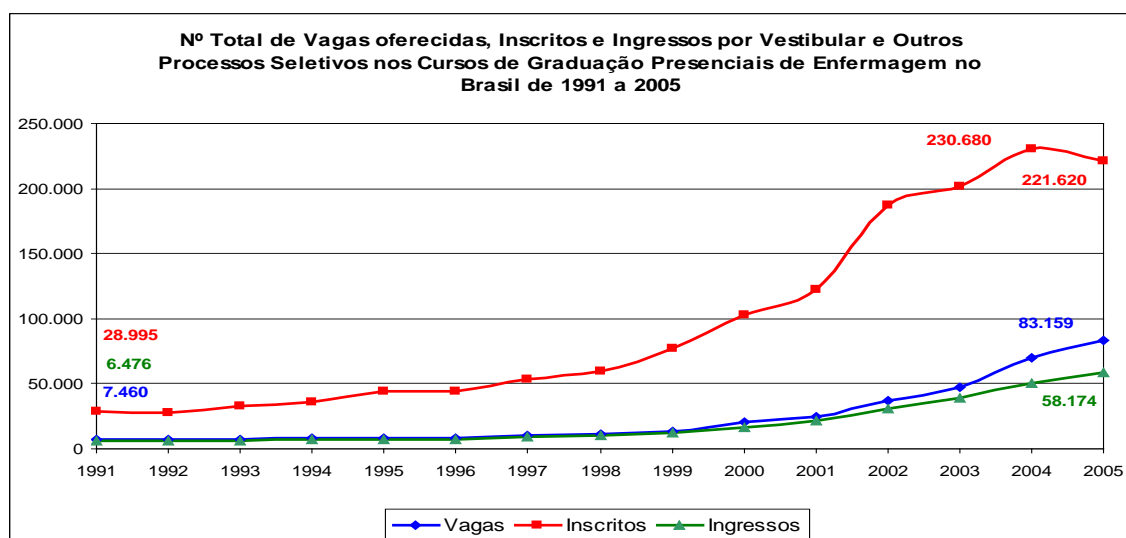
**Tabela nº 1 - Total de Vagas oferecidas, Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos nos Cursos de Graduação Presenciais de Enfermagem no Brasil de 1991 a 2005.**

<b>ANO</b>	<b>Vagas</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Ingressos</b>
<b>1991</b>	7.460	28.995	6.476
<b>1992</b>	7.311	27.517	6.209
<b>1993</b>	7.334	32.789	6.413
<b>1994</b>	8.252	35.722	7.315
<b>1995</b>	8.068	43.800	7.406
<b>1996</b>	8.283	43.900	7.635
<b>1997</b>	9.905	53.287	9.193
<b>1998</b>	11.376	59.728	10.334
<b>1999</b>	13.781	76.951	12.631
<b>2000</b>	20.417	102.974	15.959
<b>2001</b>	24.646	122.337	21.342
<b>2002</b>	37.061	186.823	30.717
<b>2003</b>	47.347	201.621	38.649
<b>2004</b>	70.400	230.680	50.830
<b>2005</b>	83.159	221.620	58.174

**Fonte: MEC/INEP/Deaes**

Percebe-se que o quantitativo de candidatos inscritos nos vestibulares e outras formas de acesso para os cursos de enfermagem apresenta até o ano de 2004 um crescimento expressivo representado por 695,58% de expansão, decaindo no ano de 2005 para 664,33%. Em relação às vagas oferecidas houve um aumento de 1.014,73%, sendo que o número de ingressantes foi de 798,30%, conforme se observa no gráfico nº 2.

**Gráfico nº 2**



Fonte: MEC/INEP/Deaes

Frente ao exposto, necessário se fez estabelecer a relação candidato/vaga que é expressa pelos quantitativos na tabela abaixo:

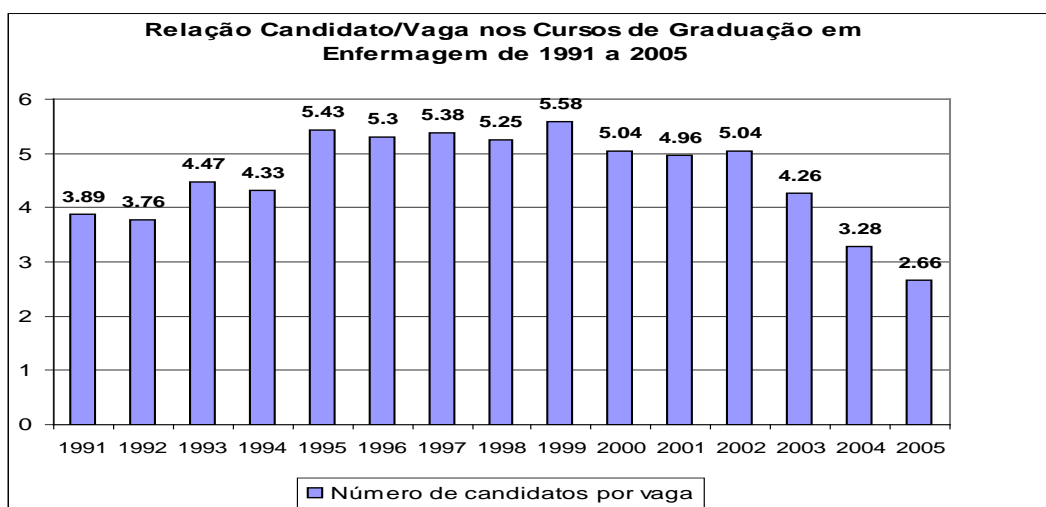
**Tabela nº 2 – Relação candidato/vaga nos Cursos de Graduação Presenciais de Enfermagem no Brasil de 1991 a 2005.**

<b>Ano</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Vagas</b>	<b>Nº de Candidatos/Vaga</b>
<b>1991</b>	28.995	7.460	3.89
<b>1992</b>	27.517	7.311	3.76
<b>1993</b>	32.789	7.334	4.47
<b>1994</b>	35.722	8.252	4.33
<b>1995</b>	43.800	8.068	5.43
<b>1996</b>	43.900	8.283	5.3
<b>1997</b>	53.287	9.905	5.38
<b>1998</b>	59.728	11.376	5.25
<b>1999</b>	76.951	13.781	5.58
<b>2000</b>	102.974	20.417	5.04
<b>2001</b>	122.337	24.646	4.96
<b>2002</b>	186.823	37.061	5.04
<b>2003</b>	201.621	47.347	4.26
<b>2004</b>	230.680	70.400	3.28
<b>2005</b>	221.620	83.159	2.66

Fonte: MEC/INEP/Deaes

Significa então, que houve oscilação do número de candidatos por vaga no período em estudo, mantendo-se em um patamar estável até o final da década de 90, quando então, começa haver um suave declínio, acentuado a partir de 2003. O período entre 1995 a 1999 denota uma maior procura pela Enfermagem, conforme o gráfico nº 3:

**Gráfico nº 3**



Fonte: MEC/INEP/Deaes

Pelo exposto acima, tornou-se necessário pensar sobre a relação de vagas ocupadas e ociosas, buscando entender se o oferecimento destas em relação ao quantitativo de inscritos nos vestibulares e outros processos seletivos têm sido preenchidas.

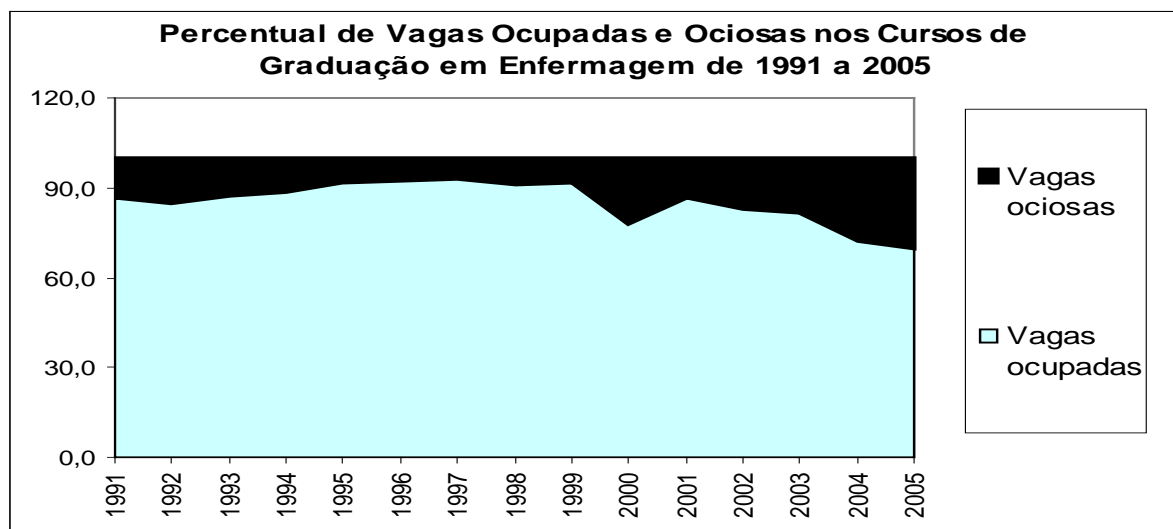
**Tabela nº 3 Percentual de Vagas Ocupadas e Ociosas nos cursos de graduação Presenciais de Enfermagem no Brasil de 1991 a 2005.**

Ano	Vagas	Ingressos	% vagas ocupadas	% vagas ociosas
1991	7.460	6.476	86,8	13,2
1992	7.311	6.209	84,9	15,1
1993	7.334	6.413	87,4	12,6
1994	8.252	7.315	88,6	11,4
1995	8.068	7.406	91,8	8,2
1996	8.283	7.635	92,2	7,8
1997	9.905	9.193	92,8	7,2
1998	11.376	10.334	90,8	9,2
1999	13.781	12.631	91,7	8,3
2000	20.417	15.959	78,2	21,8
2001	24.646	21.342	86,6	13,4
2002	37.061	30.717	82,9	17,1
2003	47.347	38.649	81,6	18,4
2004	70.400	50.830	72,2	27,8
2005	83.159	58.174	70	30

Fonte: MEC/INEP/Deaes

Nota-se que os anos de 1995 a 1999 apresentaram o menor percentual de vagas ociosas se comparados ao ano de 2001 em diante, que vem aumentando progressivamente. Entretanto, o quantitativo de ingressantes e o percentual de vagas ocupadas tem se mantido constante, apresentando uma queda a partir dos anos 2000, que foram considerados inexpressivos visto que a taxa de ocupação encontra-se no patamar de 75 a 90%.

**Gráfico nº 4**



Fonte: MEC/INEP/Deaes

O quantitativo de inscritos ocorre possivelmente pelas vantagens sociais e econômicas proporcionadas pela obtenção de um diploma no curso superior. Porém, a ociosidade de vagas não só existe pelas dificuldades do sistema em absorver a demanda, como também está associado ao baixo desempenho dos estudantes nas provas de seleção em instituições públicas, especialmente em Universidades, e/ou na incapacidade de custearem seus estudos em escolas privadas, que mesmo assim, têm absorvido boa parte da clientela não atendida pelas instituições públicas.

Ristoff (2002) assevera que devido às deficiências do alunado quando está cursado o ensino fundamental, técnico ou médio o coloca em desigualdade na disputa por uma vaga na Universidade Pública, assim procuram as IES privadas para a realização de seus sonhos, enfrentando desafios para custearem seus estudos.

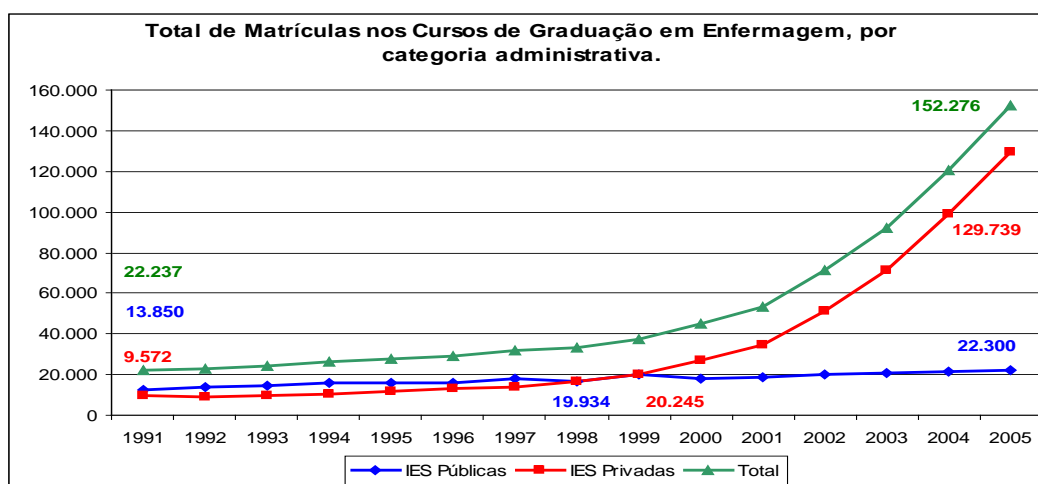
Nem mesmo o ENEM, PROUNI, Ações Afirmativas e o FIES têm surtido o efeito desejado, dado ao quantitativo expressivo de vagas ociosas, mesmo em instituições privadas que, segundo Catani *et al* (2006) possuem uma “qualidade de ensino questionável e voltadas às demandas imediatas de mercado”.

### **3.3 A distribuição de matriculados por categoria administrativa**

O gráfico nº 5 permite inferir que o quantitativo de matrículas nos cursos de graduação em enfermagem, concentrava-se em instituições públicas até o ano de 1998, cuja expansão é representada por 32,71%. A partir de 1999, ocorre a inversão do quantitativo, sendo notória a expansão do setor privado, apresentando um incremento até 2005 de 1.255,40%.



**Gráfico nº 5**



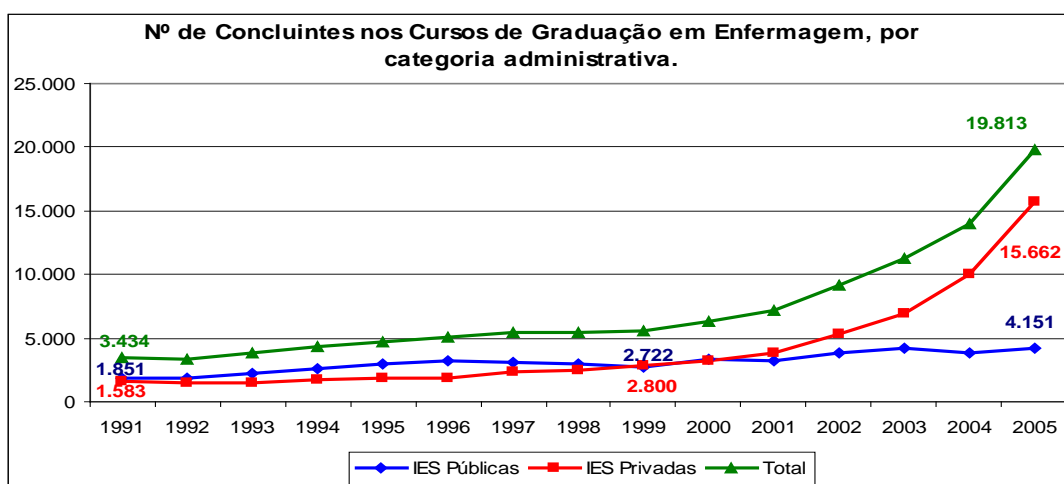
Fonte: MEC/INEP/Deaes

Conclui-se que o fato das matrículas concentrarem-se no setor privado justifica os achados nas análises descritas no quesito que se refere às vagas oferecidas, número de inscritos e ingressos, ou seja, indica que os candidatos aos cursos de enfermagem no país provavelmente não têm acesso ao ensino público e gratuito, muito embora haja vagas ociosas, bem como devido à expansão de cursos no setor privado.

### 3.4 Os Concluintes por Categoria Administrativa e Organização Acadêmica

O quantitativo total de concluintes no público e no privado está descrito graficamente pelo incremento de 124,25% nas instituições públicas, ao passo que nas instituições privadas o percentual é de 889,38%.

**Gráfico nº 6**



Fonte: MEC/INEP/Deaes.

Pelo exposto, a década de 90 é marcada pelo expressivo aumento de cursos e vagas na graduação em enfermagem, notadamente no setor público, sendo invertido nos anos 2000 pelas instituições privadas. Conseqüentemente atribui-se o elevado número de vagas à criação de cursos no setor privado, o que determina o número de matrículas e concluintes nesse setor.

Contudo, observa-se que o quantitativo e percentual de concluintes, apresentou uma queda substancial. As razões pela perda numérica expressiva tanto nas IES privadas como nas IES públicas, devem nortear a definição de políticas públicas para o setor educacional e de saúde, pois se entende que a mão-de-obra do enfermeiro pode estar subaproveitada, ou que os investimentos nos cursos de graduação em Enfermagem não atendem as necessidades de saúde da população.

Essas políticas têm visado apenas o acesso ao ensino superior, o que ratifica o pensamento dos autores Catani e Gilioli (2005) quando referem que não há a preocupação sobre a permanência e conclusão do curso, já que as análises realizadas no quesito vagas oferecidas e concluintes remetem a essa realidade.

Verifica-se que as políticas de acesso adotadas pelo atual governo não têm possibilitado, de forma ampla, a permanência do alunado na graduação em enfermagem no país, sendo respaldada, tal assertiva, pelo pensamento de Boaventura de Souza Santos (2004) quando assegura que não só o acesso e a permanência devem ser assegurados, mas também o “sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais discriminados”(p. 68).

#### **4. Conclusões**

A década de 90 foi marcada pelos esforços e lutas dos setores progressistas da sociedade com amplas discussões entre os diversos segmentos sociais envolvidos pela regulamentação e implantação dos direitos sociais inscritos na Constituição, atendendo as áreas da seguridade social, da saúde, da educação, entre outras. Para tanto, seria necessário transformar tais discussões em políticas públicas para a efetiva concretização de direitos conquistados e assegurados na Carta Magna, embora ainda existam restrições políticas e econômicas para que isto ocorra.

Isto porque os ditames oriundos de organismos internacionais que influenciaram a despolitização ou a não politização de nossa economia, com a desregulação do mercado financeiro e do trabalho pelo Estado mínimo implantado, originou uma educação sob os moldes de produção em massa que, articulada e/ou conjugada às necessidades de mercado, deu ensejo ao *boom* na expansão de cursos superiores em instituições diferenciadas e diversificadas, regra esta em que a enfermagem não foi exceção.

Ao País, aprisionado pelos acordos de tais organismos internacionais coube o dever de administrar a dívida, porém a incapacidade estabelecida por governos descompromissados com o bem de seu povo mitigou suas políticas sociais em detrimento das determinações do capital, precarizando as relações de trabalho com o conseqüente aprofundamento das desigualdades sociais, gerando exclusão e marginalizando considerável parcela da população, fato herdado do governo militar que almejava colocar o País no patamar das grandes potências, elegendo políticas de superação a todo e qualquer custo e proporcionando o processo expansionista de instituições de ensino superior, que ao qualificar a mão-de-obra para o mercado estaria elencando o cenário de potências mundiais Tal medida ampliou a privatização e, assim, desencadeou reformas para o ensino superior nos anos 90.

Entretanto, ao invés desta lógica, as políticas públicas implementadas para a educação superior bifurcaram-se entre o público e o privado. É de se admitir que vários planos e programas, seja do Ministério da Educação, seja do Trabalho e Emprego e da Saúde, têm sido desenvolvidos de forma diferenciada em função do mercado de trabalho e o centrismo individual na formação do trabalhador, tendo a educação como um produto para o consumo, cuja preocupação com a qualidade do trabalho intelectual é nula ou quase nenhuma. Tal descaso com a qualidade de ensino proporciona a expansão do ensino privado, pois a busca pela escolarização rápida e fácil é certeza para a empregabilidade como solução viável, para o próprio governo, dos imensos problemas sociais pelo qual atravessamos.

Mas, a lógica ainda reinante - a do capital – expandiu diversificando o ensino superior e diferenciando instituições através da implantação de variáveis entre o público e o privado que ocasionou, respectivamente, a redução do financiamento público e a expansão do privado, como alternativa para uma atividade rentável geradora de lucros. Nessa perspectiva, o Estado se projeta economicamente desobrigado, permitindo o desenvolvimento desigual dos vários segmentos sociais, especialmente a educação superior que sofreu expansão descontrolada, fragmentada e com qualidade questionável.

Assim, as políticas públicas para a educação superior colocam as universidades públicas, tidas legalmente como instituições responsáveis pelo desenvolvimento do País, sucateadas desde suas estruturas físicas até os laboratórios e bibliotecas.

O resultado, cada vez mais preocupante, é a mercantilização da educação aplicada no ensino superior, fruto de um caos jurídico-legislativo promovido pelo Estado que visa à readaptação de uma sociedade desamparada ao novo modelo de ensino que de fato não se apóia em princípios constitucionais.

Desta forma, as variadas instituições privadas de ensino superior visam tão-somente o lucro, que certamente conservará a ordem das classes dominantes, fato que explica o desmazelo com a qualidade de ensino. Assim, o escopo das instituições de ensino superior é o mesmo das sociedades modernas dominantes (sociedades estas que, como bem preceitua a Constituição Federal, deveriam, em tese, incentivar e colaborar com a educação): a retenção do capital.

A promulgação da atual LDBEN, que proporcionou maior enfoque aos princípios educacionais e trouxe novas responsabilidades para as IES, traz em uma de suas resoluções a liberdade que essas instituições dispõem sobre a definição da formação que almejam para o seu alunado e, conseqüentemente, a inserção no mundo do trabalho, através de seus currículos, cujos projetos político-pedagógicos sejam e estejam comprometidos com a realidade.

Assim, observou-se nesse estudo que a formação do enfermeiro tem atendido à lógica de mercado, sem um entendimento que o leve a intervenção no processo saúde-doença, já que a pesquisa e a extensão são prerrogativas das Universidades, especialmente as públicas.

Assim sendo, a expansão de cursos de Graduação em Enfermagem merece ser repensada, pois IES que se apóiam em prerrogativas da não obrigatoriedade de pesquisa e extensão, além de não estarem em consonância com os artigos 9 e 14 dos preceitos das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Enfermagem, correm o risco de que, se não forem capazes de responder adequadamente às necessidades sociais e de prestar serviços oportunos e de qualidade, dificilmente encontrarão recursos e respaldos sociais que garantam a sua sobrevivência.

## 5. Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. INEP, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Sinopses Estatísticas do Ensino Superior – 1991 a 2005**. INEP. Brasília, DF, 2005.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23/12/96. Seção 1, p. 27834-41.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES n.º 3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 nov. 2001a. Seção 1, p. 37. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)
- CATANI, A.M.; GILIOLI, R.S.P. O Prouni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.11, n.º.20, p.55-58, jan-jun. 2005.

- CATANI, A.M.; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Souza Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006. Editora UFPR.
- CUNHA, Luis Antonio. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, CEDES, vol. 24, n. 82: 37-61, abril de 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 08 de Julho de 2006, às 14:36h.
- \_\_\_\_\_. **A Universidade Reformanda** - o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- NEVES, Lúcia e FERNANDES, Romildo. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, Lúcia (Org.) **O empresariamento da educação**. São Paulo: Xamã, 2002. p. 21-40.
- NORONHA, Olinda M. **Políticas neoliberais, conhecimento e educação**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2002.
- RISTOFF, D.I. O exame nacional de curso e avaliação institucional. *In*: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D.I. (Orgs.). **Avaliação democrática para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002. p. 17-36.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória**. São Paulo: Cortez, 2004.
- TRINDADE, Hélio Universidade em ruínas na República dos Professores. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede, 1999. 223 páginas.